

Ata n.º 24/2014
Ata da Reunião Extraordinária realizada no
dia 29 de outubro de 2014

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, no edifício-sede do Município, na sala de reuniões da Câmara Municipal, **teve lugar** nos termos do art.º 41.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a **reunião extraordinária** da Câmara Municipal a qual foi presidida pelo **Sr. António Manuel Ascensão Mestre Bota, Presidente da Câmara Municipal**, encontrando-se presentes o **Sr. Vice-Presidente** Luís Gaiolas e os **Senhores Vereadores** Ricardo Colaço, João António Palma e António Sebastião. -----

Esteve, igualmente, presente para **secretariar a reunião**, Carla Maria Moiteiro Lima, Assistente Técnica. -----

A **ordem do dia** da presente reunião, que foi comunicada por ofício datado de 24 de outubro, e publicitada pelo **Edital n.º 190/2014**, cujo teor se transcreve: -----

A. – ORDEM DO DIA -----

A.1. - Aprovação da ata nº 23/2014, da reunião ordinária de 15 de outubro de 2014;-----

A.2 – Apreciação e deliberação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o exercício económico de 2015;-----

A.3 - Apreciação e deliberação do Mapa de Pessoal para o ano 2015;-----

A.4 - Apreciação e deliberação sobre a Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais e respetivo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais;-

A.5. - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as respetivas deliberações em minuta.-----

ABERTURA: -----

Verificada a existência de quórum nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente declarou **aberta a reunião** às **dezasseis horas e dez minutos**, tendo a Câmara iniciado a apreciação dos assuntos constantes na **Ordem do Dia**. -----

ORDEM DO DIA: -----

A.1. - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15.OUT.2014: -----

Nos termos da deliberação de 25.OUT.2013, foi remetida – em anexo à ordem do dia – fotocópia da ata da reunião anterior, a qual foi, previamente, lida pelos membros e, para os fins previstos no n.º 2 do

artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi submetida a apreciação e votação. -----

Seguidamente, **a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata n.º 23/2014, de 15 de outubro**, a qual foi **homologada em minuta**, com exceção das intervenções do Executivo, sendo assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. -----

A.2 – PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO, PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015:-----

O Sr. Presidente começou por dizer que no Relatório da Proposta de Orçamento para 2015, está plasmada toda a estratégia, e não valeria a pena ler o que estava escrito, e que era do conhecimento dos senhores Vereadores, pois a discussão que certamente se seguiria, elucidaria qualquer dúvida. Frisou que este documento foi preparado em conjunto com o Vereador do PSD e está preparado de modo a que todos o percebam, até os iletrados financeiramente, é só uma questão de ler, nomeadamente o preâmbulo que denota a estratégia e planos de investimento. -----

O Sr. Vice-Presidente destacou que o documento resultou de uma colaboração conjunta com o Vereador do PSD e consulta aos representantes das freguesias e movimento Independentes tendo sido acolhidas algumas das sugestões apresentadas.-----

Referiu ainda que este documento está o mais claro possível, com um enquadramento macroeconómico, impacto para o município decorrente da proposta de orçamento de estado para 2015, definição e explicação da política orçamental proposta e dissecou cada um dos grandes objetivos e linhas orientadoras de ação. -----

No âmbito da apreciação dos documentos em relevo, usou da palavra o **Sr. Vereador António Sebastião** que em primeiro lugar referiu ser parca a introdução explicativa de como se irão desenvolver os vários projetos constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento, e portanto não possibilitam encontrar qualquer estratégia de intervenção futura no concelho que seja coerente e se perceba qual a intenção desta maioria no campo dos investimentos. -----

Analisando ponto a ponto, fala do enquadramento macroeconómico feito, referindo que é interessante ter informação sobre política macroeconómica, mas que no caso presente do Município de Almodôvar, com as condições que tem, não é determinante para a política a realizar. A única situação que se deve referenciar, é o facto de pela 1ª vez desde há muitos anos, as transferências do Orçamento Geral do Estado vão aumentar relativamente ao ano anterior num volume financeiro superior a 230 mil euros. Este aumento das transferências estará relacionado com o

aumento das receitas fiscais, nomeadamente em sede do IRS, que se têm verificado a nível nacional.-----

Relativamente ao quadro da evolução previsível da dívida de médio e longo prazo, é um exercício interessante do ponto de vista académico mas não interessa para nada.-----

Quanto ao enquadramento estratégico, considerou que é uma cópia daquilo que foi escrito para os documentos de 2014.-----

No que diz respeito aos Acordos de Execução a assinar com as Juntas de Freguesia questionou se foram feitos os estudos de monitorização que indicassem se as verbas propostas para transferir correspondem aquilo que é exigido atendendo às matérias que são delegadas e às responsabilidades que daí resultam tendo em atenção a prestação de um serviço adequado.-----

Não tendo sido efetuado qualquer estudo, não sabemos se as verbas a transferir são as indicadas e nem se os critérios são os mais justos.-----

Refere também que está prevista nesta proposta a realização de apenas Acordos de Execução, eliminando os Protocolos de delegação de competências que constavam nos documentos que nos foram enviados ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, o que tem toda a lógica, dado que a manter-se as duas figuras se tratava de uma clara redundância sem sentido algum.-----

O que não tem sentido é que ao eliminarem a figura dos protocolos, não transferiram a totalidade das verbas para os Acordos de Execução prejudicando as transferências para as Juntas de Freguesia.-----

Recordou, também, o Sr. Vereador que não foi contemplado no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano a sua proposta de criar uma única rubrica com uma dotação nunca inferior a 100 mil euros a transferir para as Juntas de acordo com projetos por estas apresentados, com interesse manifesto para cada uma das Freguesias e que revelassem capacidade de iniciativa e inovação. -----

No que diz respeito aos investimentos previstos, apresentam-se alguns com dotação significativa e são aqueles que estão já a decorrer, porque todos os outros têm dotações com pouco significado e alguns até com dotação irrisória, prolongando-se depois a sua estimativa de execução pelos anos de 2016 e 2017 e não se percebendo quais são as obras com prioridade.-----

Num documento desta natureza, interessa percebermos quais são os investimentos considerados prioritários, o grau de maturação dos projetos que lhe vão dar corpo e também que tipo de financiamento suporta a sua execução, e com esta amálgama de intenções apresentada, não é possível termos essa perceção. Neste pressuposto continuamos a afirmar que não existe qualquer estratégia da maioria para o concelho e há apenas uma intenção avulsa de fazer qualquer coisa.-----

O Sr. Vereador António Sebastião, também referiu, que gostaria de perceber até que ponto houve envolvimento do PSD neste orçamento não só a nível do Sr. Vereador Ricardo, que tem pelouros distribuídos, mas atendendo aos acordos a nível do concelho, se houve reuniões com o PSD e se foi assumido envolver esta força política, na discussão deste Orçamento e das Grandes Opções do Plano.-----

Em sua opinião, este orçamento responsabiliza essencialmente o Partido Socialista, pois acha que o Vereador Ricardo, deu algum contributo, com boa vontade, e se houve envolvimento do PSD também deve ter sido de pequena monta, essencialmente algumas correções pouco significativas, e os documentos em causa são, naturalmente, da responsabilidade desta maioria PS.-----

A leitura dos documentos apresentados indica que em 2015 no capítulo dos investimentos irão provavelmente ser concluídas as obras em curso, não todas, e não se realizará mais nada.-----

Nas despesas correntes há um aumento de cerca de 6 ou 7% relativamente ao ano anterior, mas, também pela leitura dos documentos, não existem muitas dúvidas de que estas despesas correntes irão aumentar de forma significativa com a aplicação do saldo de gerência e com a execução orçamental ao longo do ano. -----

Relativamente à participação das Juntas de Freguesia nestes documentos, tentaram perceber qual a sua participação e não conseguiram descortinar onde é que essa participação se verificou.-----

O **Sr. Vereador Ricardo Colaço** referiu que o PSD de modo algum esteve fora da organização do documento. O PSD em termos de comissão política fez parte integrante deste orçamento conjunto, com reuniões entre os membros da comissão política e com o executivo PS e das quais resultou este orçamento conjunto. -----

Em resposta o **Sr. Vice-Presidente** disse que o enquadramento macroeconómico constante do relatório da proposta de orçamento para 2015 não deve ser desvalorizado na medida em que se define o contexto em que as decisões são tomadas quer em termos de potencialidades e constrangimentos que se apresentam para o concelho.-----

Naturalmente que fatores como a taxa de desemprego, o comportamento recessivo da demografia e a retração económica com estagnação ao nível das operações imobiliárias são condicionantes a ter em linha de conta na elaboração deste documento.-----

O impacto para o município decorrente da proposta de Orçamento de Estado para 2015 define grosso modo as implicações ao nível das transferências decorrentes da participação do município nos impostos de Estado e das restantes alterações legislativas de âmbito fiscal.-----

Relativamente a um conjunto de informações que o Sr. Vereador António Sebastião considerou não relevante, ao nível da definição e explicação da política orçamental proposta importa esclarecer que se trata de informação de enquadramento obrigatório no âmbito da elaboração do orçamento e que consiste no nosso caso na definição de três premissas estratégicas, a saber: - Estabilização das receitas próprias face às receitas totais; - Redução sustentada do montante da dívida de médio/longo prazo; Otimização na utilização dos fundos disponíveis decorrentes de candidaturas a fundos comunitários no novo horizonte temporal de financiamento até 2020.-----

Estas acabam por ser as três bases da política orçamental sobre as quais o orçamento está redigido.-----

Quanto à questão do investimento estratégico realçou que, não é como disse "coppaste" do ano anterior e destacou que na íntegra, as linhas de orientação estratégica consagradas neste documento, numa lógica de otimização dos recursos disponíveis estão alinhadas com o disposto no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014/2020 promovido e dinamizado pela CIMBAL, o qual vai ao encontro de um conjunto de prioridades definidas ao nível regional para os fundos comunitários e permite que o leque de investimentos apresentados se conjuguem com esses fundos.-----

Relativamente às verbas a transferir para as Freguesias, o montante será o somatório dos Acordos de Execução e Protocolos, tal como eles se apresentam no primeiro documento aprovado para 2014. Relembrou que a questão da verba extraordinária apenas foi considerada na revisão elaborada em 2014. Assumiu que no tocante à monitorização apenas foi solicitado relatório às Freguesias e que intenção do executivo criar um Gabinete Municipal para tratar desta matéria.-----

Prosseguiu dizendo que, quanto ao argumento recorrentemente utilizado que algumas rubricas não têm alocadas verbas suficientes para a execução dos projetos, não se importa de repetir o parágrafo que consta das notas finais do documento que passou a citar: "Importa salientar que os projetos e as ações consignados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o exercício de 2015 e cujas dotações se encontram insuficientemente dotadas, serão objeto do respetivo reforço à data da comunicação da eventual decisão de aprovação de financiamentos comunitários, bem como da aplicação do saldo de gerência de 2014, que irá transitar para o ano de 2015."-----

Disse ainda que se o Sr. Vereador António Sebastião fizesse um exercício de memória relativamente aos orçamentos que apresentou no passado verificava que muitas das rubricas que abriu também não tinham dotação suficiente.-----

Em relação ao aumento das despesas correntes não se entenda que resulte de má aplicação dos fundos disponíveis mas sim de um assumido direcionar da nossa atuação para as pessoas e famílias, permitindo-lhe citar a frase de capa do documento "As pessoas como prioridade".-----

Terminou referindo que a participação das Freguesias traduziu-se no envio de propostas as quais se encontram consagradas no documento e que o envolvimento do PSD resultou num trabalho em parceria que conduziu à elaboração do Orçamento.-----

O **Sr. Vereador João António Palma**, começou por referir que o Sr. Vereador Ricardo Colaço nada disse no sentido de esclarecer qual foi a sua intervenção e propostas para melhorar o presente orçamento, bem como quais as obras, que nele foram inscritas por proposta sua, para serem executadas no ano de 2015, situação que o leva a concluir que nada foi proposto ou foi aceite, uma vez que foi incapaz de mencionar uma única obra, que por sua sugestão tivesse inscrição ou rubrica orçamental.-----

Prova disso é que, até nas poucas competências que lhe foram atribuídas, sendo uma delas o cemitério, se verifica que a verba alocada para esse equipamento para o ano de 2015 é mínima, existindo apenas uma previsão de investimento para o ano de 2016.-----

A atestar, também a sua falta de competência e capacidade de influenciar, é o facto das duas Freguesias da maioria PSD no Concelho, como são os casos da União de Freguesias de Santa Clara e Gomes Aires e São Barnabé não terem obras previstas para o ano de 2015.-----

Tudo isto demonstra, que o Vereador eleito pelo PSD, não tem ideias, nem projeto, nem competência ou capacidade de influenciar, apenas se mantendo no executivo para subsistir.-----

Do mesmo modo, referiu aquele Vereador, que as explicações dadas pelo Vereador Luís Gaiolas, foram inconsistentes e não o convenceram, tendo também dito, que já em 2014 o preocupava a falta de projeto e de visão estratégica que o Partido Socialista tem para o Concelho, porquanto já as GOP'S de 2014, enfermavam de erros graves, ao não terem acolhido um conjunto de projetos e obras em curso, que se traduziam em infraestruturas e equipamentos que trariam a melhoria da qualidade de vida para as populações e o desenvolvimento económico para o Concelho, citando a título de exemplo:-----

- A construção do Parque de Campismo e requalificação do parque de merendas -----

- A construção do armazém, oficinas, parque de viaturas e área social dos trabalhadores do Município -----

- A requalificação do pavilhão Gimnodesportivo, que contemplava a sede do clube desportivo e a sua adaptação a pavilhão multiusos -----

Mais disse, que, receou ter sido injusto ao votar contra as Grandes

Opções do Plano e Orçamento de 2014, por pensar que deveria ter dado o benefício da dúvida, dada a inexperiência e o pouco tempo que o executivo tinha tido para elaborar aquele documento, mas que passado um ano é obrigado a concluir que o Presidente da Câmara e o seu Vereador não têm uma visão estratégica que lhes permita empreender um plano estruturado de desenvolvimento para o Concelho de Almodôvar.-----

A demonstrá-lo está o facto, do Presidente não ter querido ou não ter sido capaz de fazer apresentação do Orçamento, sendo que o Vereador Luís Gaiolas, também não foi competente para o fazer. -----

Na verdade, ao analisar o documento, verifica-se que, na sua parte descritiva, onde deveria estar patenteada uma visão técnico-política estruturante, do modelo de desenvolvimento económico e social preconizado para o Concelho, o mesmo não existe, o que é por demais revelador do vazio de ideias e de projetos do executivo, que se limita a transcrever naquele documento as linhas orientadoras do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo-Alentejo 2014-2020, promovido pela CIMBAL, a que acresce a elencagem dos objetivos do novo quadro comunitário de Apoio, sem que se consiga vislumbrar a sua aplicação concreta no Concelho de Almodôvar. -----

A provar o que referiu e dando como exemplo, para demonstrar a contradição existente entre as GOP'S e os objetivos descritos naqueles documentos, exemplificou com o abandono dos projetos estruturantes para o Concelho como: -----

- Construção do Parque de Campismo -----
- Requalificação do Centro Náutico e construção de praia fluvial na barragem do Monte Clérigo -----
- Recuperação e requalificação de escolas do Concelho, para aproveitamento turístico com alojamento local -----
- Instalação do Museu de Arte Sacra no Convento da Nossa Senhora da Conceição -----

Quando naqueles documentos se visa atingir a valorização e promoção do potencial endógeno, a qualificação da envolvente de suporte à iniciativa empresarial a promoção do património e a criação cultural e artística, como fator diferenciador e atrativo do Concelho, integrado numa ótica de projeção turística.-----

Tal como, quando se abandonaram projetos de remodelação do edifício fronteiro da Câmara Municipal e a construção dos Armazéns, Oficinas, Parque de Viaturas e Área Social para os trabalhadores do Município, quando naqueles documentos se tem como objetivo a capacitação e modernização da Administração Local e a criação de redes e infraestruturas de conetividade física e digital, por forma a melhorar a prestação do Serviço Público, através da valorização dos recursos humanos ao nível formativo, a que acresce a modernização das condições

de trabalho.-----

Mais exemplificou aquele Vereador, na área do ambiente, com a referência feita à construção da nova ETAR da Semblana e se dotou a Rúbrica Orçamental para aquele fim, apenas com 100.00€ (cem euros).----

Dizendo ainda, que no que respeita ao desenvolvimento económico, agricultura, indústria e comércio local não existe uma única medida de apoio orçamental ao seu desenvolvimento.-----

Concluindo que, se não fora, a excelente situação financeira herdada do anterior executivo, bem como as obras em curso e projetos deixados em carteira, designadamente o Cine teatro, a estrada A-Do-Neves, Aldeia dos Fernandes e Aldeia dos Fernandes Ponte da Abobada, bem como os Arruamentos da Zona Histórica de Almodôvar, nada se faria, que não o aumento das despesas correntes, que não passam de uma tentativa de compra de votos e controle do eleitorado.-----

O **Sr. Vice- Presidente** manifestou o seu espanto perante as palavras do Sr. Vereador João António afirmando que o mesmo, ou não leu, ou não conseguiu perceber as explicações porque o documento contem uma elencagem dos investimentos em cada uma rubricas, remetendo para a leitura da página 10 e seguintes do mesmo, investimentos feitos em cada uma das áreas, não percebendo como pode dizer que não está clarificado.-----

Prosseguiu referindo que quando refere que não existe nenhuma medida no domínio do desenvolvimento económico, agricultura, indústria e comércio local deixa só um exemplo do que não leu acerca da intenção de dar início ao processo de construção do Parque de Empreendedorismo e Feiras. Permita-me citar novamente para clarificar de uma vez por todas quando refere a escassez de verbas o parágrafo que anteriormente li "Importa salientar que os projetos e ações consignadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o exercício de 2015 e cujas dotações se encontram insuficientemente dotadas, serão objeto do respetivo reforço à data da comunicação da eventual decisão de aprovação de financiamentos comunitários, bem como da aplicação do saldo de gerência de 2014, que irá transitar para o ano de 2015."-----

Referiu ainda que não tem que ser advogado de defesa do Sr. Vereador do PSD mas deixa um exemplo do diálogo e colaboração que existiram na elaboração do Orçamento que é a questão da remodelação do Gimnodesportivo que foi acordado entre todos que seria realizada uma intervenção em moldes que permitissem alocar verbas para uma intervenção no Complexo Desportivo Municipal.-----

Referiu também que não admite que se apelidem políticas direcionadas para as pessoas como compra de votos e deu o exemplo concreto na intenção do reforço do Incentivo à Natalidade de forma sustentada,

contribuindo de forma objetiva para a fixação de pessoas no concelho. Esclareceu que, o alargar da base de intervenção para além da verba que se atribui pelo nascimento dos filhos introduzindo apoios aos primeiros anos de vida revela uma visão estruturada e estruturante do que deve ser o estímulo à fixação de pessoas e não uma compra de votos que se recusa a aceitar.-----

Por último realçou que as novas regras de elaboração deste tipo de documentos irão impor que a alocação das verbas para anos subsequentes se torne vinculativa para o ano imediatamente a seguir e neste sentido reconheceu que no próximo orçamento resultará com maior clareza a calendarização dos investimentos a realizar.-----

O **Vereador Ricardo Colaço** aceita a opinião do IPA sobre o orçamento, todos têm direito a ter opinião. Recorda que o Executivo até teve em consideração algumas das recomendações do IPA.

Politicamente falando, e quer que fique em ata, porque se calhar ninguém sabe, que o Vereador Ricardo Colaço do PSD está a tempo inteiro no Município de Almodôvar assim como o Sr. Vereador Luís Gaiolas e o Sr. Presidente António Bota e restantes membros do Gabinete e recordar que o Sr. Vereador João António esteve a tempo inteiro durante 4 anos e anteriormente com uma avença com o município durante 8 anos. Termina questionando o Sr. Vereador João António, no sentido de saber a qual IPSS do Concelho oferece as suas senhas de presença.-----

Em resposta ao Sr. Vereador Ricardo Colaço, disse o Sr. **Vereador João António Rodrigues Palma**, que a sua eleição no anterior executivo, não tem qualquer termo de comparação com a do Vereador Colaço, uma vez que por via dos resultados eleitorais, foi eleito diretamente e por inerência exercia funções a tempo inteiro, não sendo a sua permanência no executivo, fruto de arranjinhos políticos conjunturais, que mais não visam que obter maiorias políticas artificiais e garantir um ordenado a um vereador a quem não se conhece modo de vida, ou profissão, como aliás foi notório, nos dois mandatos que exerceu na Junta de Almodôvar, onde viveu sempre a expensas do Orçamento da Freguesia.-----

Quanto à prestação de serviços que teve com o Município de Almodôvar, antes de ter sido eleito Vereador, os valores que recebeu eram fruto do trabalho que desenvolvia para a Câmara como advogado e jurista, como aliás hoje acontece com outros colaboradores do Município.-----

O **Sr. Presidente** começou por lembrar que foi acusado pelo IPA de não ter explicado o orçamento e não o fez porque esperava e sabia que iria existir uma aversão ao orçamento e tudo o que dissesse em nada mudaria a votação, e assim poupou palavras e permitiu esta discussão,

que foi meritória, e só peca pelo seu final, com esta "lavagem de roupa suja" que em nada beneficia o município.-----

Prosseguindo recordou que este Executivo tem estratégia, prioridades, admite as críticas todas e relembra que a visão de estratégia deste executivo não tem que ser o que os Srs. do movimento IPA querem mas sim o que este executivo determinar e que esta estratégia tem, desde o início, seis pilares importantes:-----

No campo da Ação Social colocamos as pessoas como uma prioridade permitindo a melhoria da qualidade de vida aos idosos e carenciados, tal como ficou provado com o aumento para 100% na participação do cartão do idoso. Inclui ainda o estudo e a construção de um equipamento social em Gomes Aires, e a continuação de uma ação forte no apoio à realização de obras em habitações de agregados desfavorecidos. No apoio à família mantém o apoio à natalidade, com alterações introduzidas na distribuição dos valores, continua com os apoios pontuais de Emergência Social, e irão ser criadas condições para ajudar os idosos isolados nomeadamente na preparação de um regulamento de teleassistência domiciliária, ou seja, serão criados dois programas novos, um de teleassistência e um outro direcionado para os jovens, permitindo uma ocupação municipal temporária dos jovens. -----

Um outro pilar está relacionado com o dinamismo nas feiras, eventos desportivos, certames, e futuramente, conferencias, sempre com o objetivo de promover, de divulgar o concelho e os nossos produtos e produtores, de inovar, e de ser criativo para desenvolver o nosso concelho, e permitir empreendedorismo e empregabilidade.-----

O pilar do turismo permite ter inúmeras possibilidades. Temos assim que criar as estruturas que tragam mais pessoas para Almodôvar e em anos vindouros que essas estruturas sejam frutíferas para o comércio e concelho de Almodôvar em geral. Está presente na nossa visão a modernização concelho de Almodôvar com a realização de investimentos estruturantes que possam resultar em receitas para o município e qualidade de vida para quem vive no concelho, sempre tendo em vista que estas infraestruturas sejam cada vez mais auto sustentáveis e que vão ao encontro de gerações vindouras.-----

A qualidade de vida nunca pode ficar de lado num concelho. Para essa qualidade de vida apostamos no desporto sénior, no apoio aos jovens e aos estudantes. E apostamos também noutros investimentos diversos, tais como em infraestruturas na rede de água, de esgotos, de pluviais, e melhoramento substancial em termos de requalificação urbanística de varias áreas que podem vir a ser áreas residenciais, de lazer e comércio num futuro próximo, bem como de espaços importantíssimos para o nosso concelho.-----

Também vimos o associativismo, incluindo os clubes e organismos que permitem a realização de eventos diversos tais como festas tradicionais e eventos desportivos, como parceiros importantíssimas na ajuda ao desenvolvimento económico e social do nosso concelho. A ajuda e colaboração com as Juntas de freguesia são também uma prioridade pois estando mais próximo da população são importantíssimas para ir efetuando pequenas obras e manutenção necessária em cada parte do concelho. Numa linha geral, queremos inovar, permitir crescimento e melhorar cada dia que passa o nosso concelho. -----

Quanto à questão da existência de rubricas sem saldo suficiente, o Presidente referiu que se admira que não queiram perceber que estas rubricas são atualizadas sempre que necessitam, sendo isto a prática corrente sempre utilizada, e que em abril serão reforçadas com o saldo de gerência de 2014-----

Relativamente ao aumento do IRS lembrou que existe eventualmente um aumento dos valores a receber mas também temos outras despesas adicionais como é o caso do Fundo de Apoio Municipal que irá até 2021 levar do município cerca de 86 mil euros por ano, uma despesa não prevista, que diminui a nossa disponibilidade.-----

Quanto às Juntas, foram aglutinados os protocolos e os acordos de execução ficando apenas a celebração de Acordos de Execução com o valor inscrito e vai ser criado o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia que irá aferir em tempo real e estar bem perto das seis Juntas para apoio logístico e legal-----

Sobre os fundos comunitários os projetos que sabemos, no momento, que irão ser candidatados são na área da eficiência energética, requalificação urbanística e empreendedorismo jovem em algumas áreas, portanto, existem ainda projetos que poderão vir a ser definidos quando for público, todas as regras do Quadro de Apoio Comunitário. -----

Informou, ainda, o Sr. Presidente que todas as Juntas de Freguesia foram convidadas para reuniões em separado, onde só não compareceu o Presidente da Junta de Freguesia de São Barnabé, mas que este transmitiu a sua posição através do Vereador do PSD e foram aceites sugestões para o orçamento com verbas que valorizam e proporcionam interesse das populações servidas por essa e pelas outras Juntas.-----

Referiu também que a "discussão acesa" entre os Srs. Vereadores João António e Ricardo Colaço não era necessária, e afirmou que este último foi convidado a participar no orçamento como representante do PSD e que os Vereadores do IPA, nos termos do estatuto do direito da oposição, foram informados e convidados participar no orçamento e que o fizeram através de carta sendo que algumas das sugestões foram aceites. -----

Por último disse que não aceitava o comentário do Sr. Vereador João António. O Sr. Presidente afirmou que a política deste executivo na área

social não era uma “compra de votos”, e que espera que quem usufruir do apoio se sinta ajudado, e leia nas palavras do Sr. Vereador a pouca vontade de colaborar com quem mais precisa, e que não é o executivo quem decide onde ajudar, mas sim o nosso Gabinete de Ação Social que faz a aferição e ajuda quem precisa, tratando todos por igual.-----

Considerou parte da discussão benéfica para o presente orçamento e vindouros e espera que este executivo, tal como é a sua vontade e motivação, faça sempre o melhor para a população e para o concelho pois sabemos que é essa a sua função e para isso foram eleitos. -----

Retomando a palavra o **Sr. Vereador António Sebastião** referiu que aquilo que o Sr. Presidente disse não acrescentou nada ao documento, é um arrazoado de generalidades em torno do empreendedorismo mas que na prática não trás nada de novo. Não há nada que nos possa levar ao desenvolvimento económico, fixação de pessoas etc..-----

A prioridade são as pessoas, quais pessoas em concreto?-----

Como se ajudam as pessoas hipotecando o futuro deste concelho.-----

A defesa das pessoas faz-se desenvolvendo o concelho com projetos de investimento e com políticas claras e objetivas de apoio ao tecido económico e empresarial e com uma atenção especial para a educação, sem descurar a coesão social.-----

Opinou que há falta de opções e estratégia e questiona o que querem para o concelho, para o seu futuro. Quais as áreas e qual a argumentação que sustenta essas decisões?-----

A questão das linhas estratégicas de desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020, promovido pela CIMBAL, são temas genéricos onde a Câmara de Almodôvar se insere, mas nós temos situações específicas, temos os nossos produtos, e tem de haver linhas que apontem o futuro. Se queremos partilhar um desenvolvimento desta região temos muito trabalho para fazer internamente.-----

Falam dos censos porque estes referem uma perda da população no nosso concelho mas também devem ser analisados na malha dos municípios vizinhos e, aí, Almodôvar foi o município que perdeu menos população. -----

Continuando disse, que o Sr. Vereador Luís assumiu a defesa do orçamento e mencionou a página 23, aplicação do saldo de 2014 para reforço de rubricas. A questão é, quais? Sabemos que não podem ser todas reforçadas. A ETAR da Semblana é dada como importante na memória descritiva e tem uma dotação de 100 euros. É para reforçar? E como essas há muitas outras.-----

Santa Clara-a-Nova foi motivo de decepção, tem uma intervenção de requalificação de alguns arruamentos que se pretendem iniciar em 2015 mas que depois se prolonga pelos anos seguintes, o que significa dúvidas

sobre a sua concretização em tempo razoável para um investimento daquela natureza. Relativamente a este propósito queria deixar aqui um alerta pois Santa Clara foi a única freguesia que tentou preservar a riqueza genuína dos seus arruamentos e não se deixou levar pela fobia do alcatrão, conseguiu preservar a sua calçada e é importante que nesta intervenção se tenha este facto em atenção. -----

Por último o Sr. Vereador quis assinalar a sua preocupação com o excesso de despesa corrente, recordou que estamos em véspera do início de um novo quadro comunitário, e temos de estar na linha da frente para absorver dinheiros comunitários se não o fizermos é uma incompetência política, o município tem todas as condições para se constituir como vanguarda na apresentação de projetos e assumir a sua posição de liderança nesta matéria.-----

Vai ser um ano de poucas realizações, oxalá me engane. Se assim acontecer, cá estarei para com toda a humildade reconhecer o meu engano. -----

Finalmente questionou se estão dispostos a aceitar propostas para incluir neste orçamento. -----

O **Sr. Vice-Presidente** manifestou orgulho face ao orçamento apresentado e orgulho perante a denominada política assistencialista que o Sr. Vereador António Sebastião tem vergonha de assumir e que praticou durante muitos anos. Adiantou que todas as medidas de apoio às pessoas e famílias não comprometem a sustentabilidade futura. -----

Por fim disse ter registado que afinal o Sr. Vereador António Sebastião até consegue adivinhar para onde vão as verbas aquando do reforço com a primeira revisão a efetuar.-----

O **Sr. Presidente** esclareceu que o Gabinete é para monitorizar as atividades e necessidades das Juntas de Freguesia e não para calcular as verbas e que não se deve fazer interpretações abusivas do que foi dito.----

Prosseguindo, o Sr. Presidente submeteu os documentos previsionais para vigorarem no exercício de 2015 à votação, tendo **a Câmara, por maioria**, com os votos contra dos Senhores Vereadores João António Palma e António Sebastião, **deliberado**: -----

1º - Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano 2015, documentos, estes, que fazem parte **integrante do presente texto, e ficam arquivados na pasta anexa, ao presente livro de atas.** -----

2º - Submeter os documentos em apreço à apreciação e aprovação **da próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal.** -----

3.º - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **a presente deliberação em minuta.** -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

O Senhor Vereador João António Palma proferiu a seguinte declaração: -----

"Grandes Opções do Plano e Orçamento 2015 -----

Há um ano atrás aquando da apresentação das GOP's para o ano de 2014, tive oportunidade de manifestar as minhas preocupações e perplexidades, relativamente aquele documento, uma vez que considerava que o mesmo enfermava de erros graves, porquanto não apresentava uma visão estratégica para o desenvolvimento sustentado do Concelho de Almodôvar, uma vez que tinham sido abandonados um conjunto de projetos e obras que estavam em curso no concelho, que consubstanciavam infraestruturas e equipamentos, que iriam assegurar a melhoria da qualidade de vida das populações e funcionariam como estímulo à fixação das pessoas e ao desenvolvimento económico do Concelho.-----

Cito aqui a título exemplo, alguns projetos concluídos e outros em fase bastante adiantada de conclusão, que o anterior executivo tinha em carteira e que por certo teriam avançado desde logo, com as Grandes Opções do Plano de 2014.-----

- Requalificação dos Arruamentos do Centro Histórico de Almodôvar-----
 - Construção do Parque de Campismo e requalificação do parque das Merendas-----
 - Construção de Armazéns, oficinas, parque de viaturas municipais, bem como área social para os trabalhadores do Município-----
 - Construção do Centro de Dia de apoio domiciliário de Gomes Aires-----
 - Remodelação do Edifício da Câmara Municipal-----
 - Requalificação do centro Náutico e construção da praia fluvial na barragem do Monte Clérigo-----
 - Requalificação do pavilhão Gimnodesportivo de Almodôvar, que contemplava o seu aproveitamento para a sede do Clube Desportivo de Almodôvar, bem como a sua adaptação para ser utilizado como pavilhão multiusos.
-

Receei então, ter sido injusto na minha apreciação e votação das GOP'S de 2014, por pensar que porventura deveria ter dado o benefício da dúvida ao novo executivo concelhio, porquanto dada a sua inexperiência e pouco tempo que tivera para elaborar aquele documento, deveria ter levado à minha abstenção.-----

Um ano volvido, sobre aquela minha decisão, verifico que foi a correta, uma vez que se adensaram as minhas preocupações e perplexidades, sendo justo e fundado o meu receio, de que o atual executivo camarário, não goza de uma visão estratégica que lhe permita na prossecução das suas atribuições e competências, empreender um plano estratégico de desenvolvimento do concelho.-----

Com efeito, e atendo-me agora à análise das GOP's de 2015, constata-se desde logo que na sua parte descritiva, onde deveria estar patenteada a visão técnico-política estruturante, que o executivo preconiza para o desenvolvimento económico e social do concelho, verificamos que no seu enquadramento estratégico, aquele documento provisional, apenas se limita a transcrever as linhas orientadoras do Plano estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020, e as prioridades de intervenção regional elencadas no âmbito do novo ciclo de fundos comunitários, sem que efetivamente se vislumbre ao nível concelhio a sua concreta aplicação.-----

Na verdade, que dizer, acerca do abandono de projetos estruturantes para concelho, como sejam:-----

- Construção do parque de Campismo;-----
- A requalificação do centro Náutico e construção da praia fluvial na Barragem do Monte Clérigo;-----

- A recuperação e requalificação de escolas do Concelho, para aproveitamento turístico em alojamento local;-----

- A instalação do Museu de Arte sacra no Convento de Nossa senhora da Conceição, entre outros;-----

Quando naqueles documentos se preconiza a Promoção e Valorização do potencial endógeno, a qualificação da envolvente de suporte à Iniciativa Empresarial a promoção e valorização do património e a criação cultural e artística, como fator diferenciador e atrativo do Concelho, integrado numa ótica integrada de projeção turística.-----

Que dizer também do abandono de projetos como:-----

- A remodelação do edifício fronteiro da Câmara Municipal;-----

- A construção do armazém, oficinas, parque de viaturas e área social para trabalhadores do Município. -----

Quando naqueles documentos se preconiza a capacitação e modernização da Administração Local e a criação de redes infraestruturas de Conetividade física e digital, por forma a melhorar a prestação do Serviço Público, através da valorização dos Recursos Humanos ao nível formativo, a que acresce a modernização das condições de trabalho.-----

Que dizer ainda do abandono:-----

Do projeto de requalificação do pavilhão Gimnodesportivo, que continha a construção da Sede do Clube Desportivo e a sua adaptação como pavilhão multiusos.-----

Quando naqueles documentos se preconiza uma rede de equipamentos e serviços coletivos aliada à realização de investimentos estruturantes que asseguram o reforço da qualidade de vida das populações residentes.-----

Tal como no que respeita à área ambiental quando se preconiza a construção de uma ETAR, na Semblana e se dota a sua rúbrica orçamental apenas com 100€ -----

For último que dizer sobre o tão propalado desenvolvimento económico, quando no orçamento não se prevêem quaisquer verbas para o apoio às atividades económicas designadamente a agricultura, a indústria e o comércio local, que não a realização de duas Feiras Temáticas.-----

Em suma a GOP's de 2015, revelam-se assim, um documento inócuo, desprovido dos instrumentos necessários à promoção e realização dos Investimentos estruturantes que o Concelho necessita, que seriam o suporte da promoção e valorização do potencial endógeno de Almodôvar, que permitiriam atingir como objetivo o reforço da confiança coletiva, a proteção da economia local, das empresas e das famílias e por essas razões não poderão obter a nossa aprovação."-----

O Senhor Vereador António Sebastião proferiu a seguinte declaração de voto: -----

"Grande Opções do Plano e Orçamento para 2015 -----

Após urna análise desta ultima versão das grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, pouco há a acrescentar relativamente ao documento por nós apresentado no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição.-----

O que verificamos foi um mero acerto de verbas no sentido de cumprir as regras orçamentais, ajustando a despesa aos montantes previsionais de receita. O capítulo descritivo e explicativo das intenções de investimento, bem como das prioridades e estratégia associadas continuam sem se perceber e naquilo que, com algum esforço, conseguimos vislumbrar, não merece a nossa concordância.-----

Desde logo o aumento das despesas correntes que não devia de acontecer, dado que não existe nenhuma imposição legal que obrigue a um maior esforço financeiro da autarquia nesta matéria e o que se aconselha é que, mantendo todos os apoios sociais e

de coesão, ponderados e racionais, tenhamos alguma contenção nestas despesas, que possibilite estarmos na linha da frente no aproveitamento dos financiamentos comunitários.-----

Na análise efetuada é justamente nesta área que me parece haver maior disponibilidade desta maioria em efetuar despesa, o que é claramente contraproducente e ainda mais quando verificamos em que programas esta despesa se vai efetuar. Resta saber o que vai acontecer quando for aplicado o saldo de gerência e durante a execução orçamental. Voltamos à proposta inicial que apontava para aumentos de despesa corrente superiores a 10%.-----

Ao contrário da despesa corrente, estas GOP's no capítulo dos Investimentos, são tímidas, acanhadas e desprovidas de qualquer arrojo que aponte para um aproveitamento crucial deste novo quadro comunitário, instrumento importante para garantir a realização de um conjunto de obras de que Almodôvar necessita e que vinham a ser gradual e metodicamente executadas.-----

Resta acrescentar que neste campo o Município tem todas as condições para ficar na linha da frente no aproveitamento dos fundos: projeto, capacidade financeira e trabalhadores com grande experiência nesta matéria.-----

Mas o que verificamos nesta proposta de documentos previsionais é apenas a dotação nas obras que estão em curso e todas elas ainda vindas do mandato anterior e depois um conjunto de intenções difusas que não sabemos como vão ser desenvolvidas, dado que em grande parte das situações não existe maturação de projetos e como conclusão nada vai sequer começar em 2015, a não ser aquilo que está em curso e algumas pequenas realizações.-----

É pena porque existem projetos concluídos e poderiam avançar neste próximo ano.-----

Outras considerações

Projeto do armazém, oficinas municipais, parque de viaturas e área social (abandonado).-----

Remodelação do Edifício da Câmara Municipal (abandonado).-----

Colaboração com o agrupamento de Escolas (claramente Insuficiente).-----

Construção de Equipamento Social em Gomes Aires (esta situação envergonha a Câmara na maneira como tem sido conduzido: primeiro abandona-se um projeto concluído, aprovado pelas entidades competentes e com financiamento comunitário aprovado, disponibilidade da entidade promotora no financiamento parcial até 20% do Investimento, o que é muito importante dado que estamos a falar de uma associação que mobilizou a população daquela freguesia e através dela conseguia os fundos necessários, cabendo à Câmara Municipal a parte restante que nunca atingiria os 200 mil euros. Abandonou-se).-----

Agora coloca-se nas GOP's a construção de um equipamento social naquela localidade com dotação, para já, de 250 mil euros e para os anos de 2015 e 2016. Conclusão: se alguma vez este equipamento for construído nestes moldes, significa que perdemos dinheiro e tempo e vamos gastar muito mais do que aquilo que estava previsto.-----

Revisão do PDM (abandonada). Tinham começado no anterior executivo os procedimentos e as primeiras ações para uma necessária revisão do PDM. Pelo segundo ano consecutivo, esta maioria mostra sinais de abandonar este instrumento estratégico e de planificação tão importante para o concelho.-----

Loteamentos Municipais de A dos Fernandes e Rosário (abandonados). O primeiro tem uma dotação de 100 euros e o segundo nem sequer consta nas GOP's.-----

Em contrapartida é colocado nas GOP's uma rubrica nova para avançar um novo Loteamento Municipal em Almodôvar, Loteamento do Mártir e Santo, com dotações para os anos de 2015, 2016 e 2017, precisamente onde existem mais de 100 lotes para

vender nos loteamentos privados e municipais existentes na vila. Completamente errado.-----

Projetos do Parque de Campismo, do Pavilhão Gimnodesportivo e da Requalificação do Centro Náutico e zona envolvente a barragem do Monte Clérigo (abandonados).-----

Polidesportivo descoberto de Santa Clara (abandonado).-----

Pavimentações e repavimentações (intenções de realização muito limitadas face às necessidades do concelho).-----

Acordos de execução com as Juntas de Freguesia insuficientemente dotados face às responsabilidades que são transferidas.-----

Inexistência de rubrica com dotação nunca inferior a 100 mil euros para transferência para as Juntas, destinada a financiar projetos apresentados pelas Juntas e considerados importantes para as suas Freguesias.”-----

Por último, o Sr. Vereador Ricardo Colaço apresentou a seguinte declaração de voto: -----

"O PPD/PSD vota favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Almodôvar para 2015, uma vez que este, resulta do entendimento conjunto das duas forças partidárias que asseguram neste momento a maioria, poder executivo e gestão do Município.-----

Congratulamos nos em particular, com a atenção dada aos apoios à natalidade, educação e à juventude, pois para nós mais do que garantir a atual qualidade de vida do Concelho, é mais importante a implementação de medidas de incremento à natalidade e fixação de jovens, fundamentais, para a viabilidade futura do nosso Concelho.-----

Não sendo na totalidade o orçamento que o PPD/PSD apresentaria, é no entanto o orçamento possível dentro de um quadro de entendimento em prol do desenvolvimento e de uma gestão equilibrada do Concelho de Almodôvar.”-----

ACTUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PELO ÍNDICE - 0,3%, PARA O ANO 2015: -----

O Sr. Presidente apresentou uma informação exarada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão Financeira, em 23.Out.2014, cujo teor se transcreve: -----

"**Assunto:** Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para vigorar no ano económico de 2015 -----

DATA: 23.outubro.2014 -----

INFORMAÇÃO-----

Cumpre-nos informar V. Exa que, de acordo com o n.º1 do artigo 8.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais, os valores constantes na tabela deverão ser atualizados, ordinária e anualmente, em função dos índices de inflação publicados pelo INE, acumulados durante 12 meses, contados de novembro a outubro.-----

De acordo com o n.º 7 do mesmo artigo, a presente atualização deverá acompanhar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano seguinte.-----

Para que a atualização das taxas possa acompanhar o Orçamento e GOP's para o ano de 2015, o índice de preços do consumidor disponibilizado pelo INE, que se reporta a setembro de 2014, apresenta uma variação média dos últimos 12 meses de - 0,3%.-----

Submete-se à consideração superior, a atualização negativa das taxas e preços para vigorar no ano económico de 2015 ou a manutenção do valor das taxas e preços em vigor neste ano de 2014. -----

A transcrita informação mereceu o seguinte despacho do Sr. Presidente, que se transcreve: -----

"Face à diferença mínima e aos respetivos transtornos logísticos e contabilísticos para efetuar a alteração mantenham-se os valores das taxas e outras receitas." -----

A Câmara tomou conhecimento da Tabela de Taxas que deverá **acompanhar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento** para o ano 2015, **a submete a mesma à Assembleia Municipal**, para, em conjunto, vigorarem a partir do dia 01.JAN.2015. ----

A.3 - MAPA DE PESSOAL E RESPATIVOS ANEXOS, PARA VIGORAR NO ANO 2015:-----

O Sr. Presidente submeteu à apreciação, o Mapa de Pessoal para 2015, e respetivos anexos, acompanhados da Proposta n.º 104/PRESIDENTE/2014, exarada em 24.out.2014, que se transcreve: -----

"PROPOSTA N.º 104/PRESIDENTE/2014 -----

MAPA DE PESSOAL 2015 -----

CONSIDERANDO: -----

Que o Mapa de Pessoal constitui anexo às Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município, para cada um dos exercícios económicos, exigindo o planeamento rigoroso das atividades de natureza permanente ou temporária a concretizar durante os diferentes períodos, bem como, os recursos financeiros e humanos a afetar para o efeito. -----

Que o Mapa de Pessoal foi preparado à luz do novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, a submeter à aprovação dos Órgãos, contendo os postos de trabalho necessários à concretização das atividades que o Município de Almodôvar, se propõe desenvolver no exercício de 2015.-----

Que a elaboração do orçamento de pessoal, para além da dotação necessária à satisfação dos encargos inerentes ao pagamento das remunerações de pessoal em exercício de funções, considerou, igualmente, as verbas destinadas à cobertura dos encargos decorrentes do eventual recrutamento de pessoal necessário à ocupação de postos de trabalho disponíveis, previstos no documento em apreço.-----

PROPONHO: -----

1. Que a Câmara Municipal delibere aprovar os seguintes documentos:-----

I. Mapa de Pessoal para o ano de **2015**, cujo original segue em anexo à presente Proposta;-----

II. Mapa Resumo dos Postos de Trabalho necessários por cargo/carreira/categoria do Município de Almodôvar – **anexo I**;-----

III. Mapa Resumo dos Postos de Trabalho por cargo/carreira/categoria ocupados pelos recursos humanos afetos à Residência de estudantes de Almodôvar - **Anexo II**;----

IV. Mapa Descritivo do Perfil do Competências transversais nos diferentes cargos/carreiras/categorias dos trabalhadores municipais - **Anexo III**;-----

V. Mapa de Afetação dos trabalhadores municipais, aos diferentes serviços e unidades orgânicas - **Anexo IV**.-----

2. A aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 57º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **da respetiva deliberação em minuta.**-----

*3. Que o **Órgão Executivo** submeta o Mapa de Pessoal para 2015, à apreciação e deliberação da **próxima sessão da Assembleia Municipal**, nos termos do n.º 4 do artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.”*-----

Sobre a matéria o **Sr. Presidente** referiu que decorrido um ano e feita a análise da organização dos serviços, aferiram o que não está a funcionar e que, certos departamentos necessitam de alguns serviços reestruturados. Tendo em conta que o orçamento de estado e a legislação em vigor, nos dá a possibilidade de aumentar as despesas com pessoal, e uma vez que município não tem dívidas, e como em seu entender a Câmara necessita de alguns recursos humanos, acrescentaram algumas alterações ao mapa de pessoal de 2015, fundamentado nos termos do Regulamento dos Serviços Municipais.-----

Explicou que foram colocados postos de trabalho nomeadamente nas áreas com maior dificuldade, referindo que o mapa contém as alterações, que não invalidam os postos trabalho criados anteriormente e, se não houver necessidade, não se pretende contratar. Sublinha como exemplo a carpintaria ou o serviço de eletricidade, ou ao nível da limpeza urbana, entre outros serviços, onde se está a trabalhar com pessoal subsidiado e com muitas dificuldades e onde há inúmeros ajustes a fazer.-----

Prosseguindo o Sr. Presidente fez um breve apanhado dos lugares a prover, como o Gabinete de Promoção Turística, referindo que um posto de trabalho é insuficiente, principalmente, quando estiverem ativas todas as estruturas que temos, como o caso do cineteatro e outras a serem criadas. A abertura dos Gabinetes de Apoio às Juntas de Freguesia, de Apoio ao Município, do Gabinete de Educação, do Gabinete da Juventude, do Gabinete de Apoio ao Associativismo, todos com um posto de trabalho, também um posto de técnico para a museologia, um posto de técnico na DOSUGTA a ser criada, quatro postos de trabalho nos Serviços de Produção e Gestão de Equipamentos, três assistentes operacionais e um encarregado, dois postos de trabalho de assistente operacional na área de Gestão Ambiental, um posto de técnico na área da Educação.-----

Frisou, ainda, que alguns destes postos de trabalho poderão ser lugares a contratar mas outros são funcionários, já existentes, a afetar-----

O **Sr. Vereador António Sebastião** referiu que são acrescidos mais 13 postos de trabalho a preencher. Questionou, ainda, se os lugares criados são todos para preencher com recurso à contratação. -----

O **Sr. Presidente** referiu que há lugares em aberto e que pretende dar dinâmica a estruturas como o cineteatro, o museu do pão quando for construído, e as salas do fórum cultural, promovendo conferências, workshops, palestras com várias entidades e nas mais variadas áreas, nomeadamente com empresários locais e associações que queiram utilizar

Almodôvar como ponto de encontro. Assim existem serviços onde um técnico é pouco e será necessário adicionar mais, e os lugares ficam desde já preparados para futuras necessidades. -----

Quanto ao Gabinete de Apoio às Freguesias, o ideal seria de afetação de uma pessoa interna, com conhecimentos na área, mas, sendo interna ou externa, o lugar terá de ser aberto no mapa de pessoal. -----

No caso concreto, do Gabinete de Apoio às Freguesias, este tem por objetivo ir ao encontro das necessidades que uma Junta de Freguesia tem no seu dia-a-dia, nas suas mais variadas vertentes, e terão que ponderar se existe alguém com este perfil, internamente, ou se, necessitam de contratar alguém, é uma questão a ver juridicamente.-----

O Gabinete de Apoio ao Município vem ao encontro daquilo que já se vem a fazer que é receber e direcionar o município para o serviço específico, de acordo com as suas necessidades, e deverá um posto interno caso exista essa possibilidade não descurando outras opções.-----

Frisou, novamente, que quer seja de mobilidade interna ou para contratar, o lugar tem de estar no mapa de pessoal, por isso, na prática, não serão 13 novos contratos, porque, como já disse, muitos deles serão preenchidos por trabalhadores internos e outros já existem abertos do ano transato.-----

O Sr. Vereador António Sebastião referiu que olhando para o mapa de pessoal e para as Grande Opções do Plano é evidente que para um Plano com diminuição de atividade não pode corresponder um mapa de pessoal aumentado. A legislação estabelece que o mapa de pessoal deve acompanhar os documentos previsionais e deve garantir que com estes recursos humanos a execução do Plano está assegurada.-----

É uma legislação claramente desajustada porque não existe qualquer possibilidade de avaliação rigorosa das necessidades de pessoal face à execução de um Plano que pode ficar muito aquém daquilo que é apresentado como intenção de realização. -----

Considera os lugares exagerados, com um rácio de trabalhadores, face à população, que ultrapassa a média nacional, e deveria ser feito um ajuste e não um aumento. Este ajuste devia fazer-se gradualmente, com uma gestão apertada, e agora vamos no sentido inverso ao que deve ser.-

Os encargos com pessoal são cerca de 30% das receitas totais e devia de haver um esforço para baixar pelo menos até 25%, que é o razoável para despesas com pessoal, por isso vou votar contra. É sua opinião que a Câmara tem de estar atenta à questão da empregabilidade mas, deve aliviar a sua estrutura pesadíssima e incentivar e facilitar a iniciativa privada.-----

O Sr. Presidente referiu que estão a tentar conjuntamente com o Centro de Emprego manter os programas, que são essenciais, mas

prepararam o Regulamento dos Serviços e o Mapa de pessoal para, em caso de necessidade, poder contratar, o que não implica que tenha de ser feito. -----

Para terminar referiu que estão conscientes das normas e das boas práticas de gestão e das necessidades que o município apresenta.-----

O **Sr. Vereador António Sebastião** referiu que se o Sr. Presidente está preocupado em assegurar os Programas do Centro de Emprego e todos os outros que apareçam e simultaneamente abre lugares para contratar, não compreende o que farão, depois, tantas pessoas na Câmara. -----

Em resposta o **Sr. Presidente** disse que quando tomou posse havia na camara cerca de 80 postos de trabalho assegurado por programas do IEFP, e que agora existem menos de metade porque os programas forma terminando, como o património, estágios, etc, portanto, se antes no anterior executivo podiam ter tantos colaboradores, não percebe a crítica feita quando agora temos metade. E, não podemos estar sempre na expectativa que o Centro de Emprego tenha programas, porque como sabem, mesmo que queiramos mais pessoas, tal não é possível sem aceitar os nomes do IEFP, e que estas indicações, por vezes, não têm o perfil indicado para as funções que precisamos. -----

Analisado o assunto, **a Câmara, por maioria**, com os votos contra dos Senhores Vereadores João António Palma e António Sebastião, **deliberou:** -----

1.º - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2015, cujo original, fica arquivado em pasta anexa, ao presente livro de atas. -----

2.º - Aprovar o Mapa Resumo dos Postos de Trabalho necessários, por cargo/carreira/categoria do Município de Almodôvar – Anexo I; -----

3.º - Aprovar o Mapa Resumo dos Postos de Trabalho por carreira/categoria, ocupados pelos recursos humanos afetos à Residência de Estudantes de Almodôvar – Anexo II; -----

4.º - Aprovar o Mapa Descritivo do Perfil de Competências transversais nos diferentes cargos/carreiras/categorias dos trabalhadores municipais – Anexo III; -----

5.º - Aprovar, a Afetação dos trabalhadores municipais, aos diferentes serviços e unidades orgânicas - **Anexo IV.**-----

6.º – Aprovar a publicitação, por afixação nas instalações municipais e inserção na página eletrónica, aí devendo permanecer, após aprovação do documento pelo Órgão deliberativo. -----

7.º - Submeter os documentos em apreço à **apreciação e deliberação** da próxima sessão da **Assembleia Municipal**, conforme disposto do n.º 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----

8.º - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **a presente deliberação em minuta.** -----

A.4 - ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E RESPECTIVO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:-----

O Sr. Presidente começou por enquadrar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, e deu conhecimento da Proposta n.º 105/PRESIDENTE/2014, exarada em 24.out.2014, cujo teor se transcreve:

"PROPOSTA N.º 105/PRESIDENTE/2014 -----

CONSIDERANDO QUE: -----

A consolidação da autonomia do Poder Local nas últimas décadas, traduzida na descentralização de atribuições, em diversos domínios, para as Autarquias Locais, pressupõe uma organização dos serviços autárquicos em moldes que lhes permitam dar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das suas novas atribuições e competências.-----

*Entendemos, agora, estarem reunidas as condições para a concretização de uma **nova proposta de estrutura orgânica** que aponta a modernização administrativa, a proximidade com os cidadãos, a partilha de responsabilidades internas e o reconhecimento de mérito e do bom desempenho como um novo paradigma da administração pública local;*-----

O objetivo do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais é promover uma administração municipal mais eficiente e modernizada, que contribua para a melhoria das condições de exercício da missão e das atribuições do Município, e por conseguinte, conceber um modelo de funcionamento e repartição de competências que supere os estrangulamentos diagnosticados e apetreche a Câmara Municipal para responder com zelo, solicitude e eficiência ao catálogo de atribuições que perfazem o seu âmbito de intervenção;-----

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, determina que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projeto;-----

PROPONHO QUE: -----

1. A Câmara Municipal delibere aprovar a alteração ao modelo de estrutura interna hierarquizada, bem como a nova redação do regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respetivo Organograma, cujo teor para todos os efeitos legais aqui se dá por reproduzido e constitui anexo à presente proposta;-----

2. A presente Proposta seja submetida à próxima sessão da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação do modelo de estrutura orgânica hierarquizada dos serviços municipais."-----

Sobre este Regulamento o **Sr. Presidente** disse que decorrido um ano e após experimentação e validação levada a cabo, verificou-se existirem desconformidades e ineficiências que se impõe corrigir e modificar, adequando o modo de funcionamento e de organização dos serviços municipais, numa perspetiva de uma melhor e mais eficaz atuação pública e

uma mais vasta e completa satisfação das necessidades da população, que estes visam servir.-----

Consultados formalmente os chefes de serviços, e sendo aos trabalhadores solicitado o seu contributo em conversas ao longo deste último ano, e após consideração desses contributos, foi possível fazer a proposta agora adotada, que sintetizada se caracteriza assim:-----

Assim, propõe-se a criação de três unidades orgânicas flexíveis: Divisão Administrativa e Financeira - DAF; Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Gestão Territorial e Ambiente – DOSUGTA e Divisão de Intervenção Social, Educação, Cultura, Desporto e Juventude – DISECDJ; criação no âmbito das Unidades orgânicas de apoio, de natureza técnica e administrativa do Gabinete de Apoio às Freguesias, do Gabinete de Apoio ao Município e Gabinete Veterinário Municipal; criação no âmbito dos serviços integrados nas divisões do Gabinete da Juventude, Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, Gabinete de Educação e Gabinete de Cultura.-----

O **Sr. Vereador António Sebastião** referiu que ao olhar para o Regulamento dos Serviços Municipais e suas alterações, sabe que funciona aqui a regra da democracia mas, há um conjunto de considerações que gostaria de fazer. -----

Quanto à criação da maioria dos Gabinetes, considera que não havia necessidade, porque, daí não advém quaisquer benefícios para a população, estão a criar estruturas sem necessidade.-----

A criação das duas divisões (DOTGU e DOMSUA) respondeu uma exigência dos serviços dado o volume de trabalho existente naquela área técnica e também face ao conjunto de matérias que gradualmente vinham a ser transferidas da administração central para as autarquias. Há muito tempo que os técnicos pediam uma reestruturação dos serviços que criasse aquelas Divisões.-----

A situação invocada para esta alteração, voltando a haver apenas uma Divisão, não pode ser considerada válida, pois assenta em situações conjunturais, que não podem nem devem servir de base a alterações estruturais. -----

Os serviços de obras particulares não passam só pelo licenciamento de obras dos particulares, existem outros serviços que ocupam os técnicos, como os mecanismos de ordenamento do território e a elaboração de projetos e planos bem como todo outro conjunto de responsabilidades na área económica, nos processos de licenciamento industrial e na sua monitorização e muitas outras situações que por si só, justificam que haja uma Divisão.-----

Exemplifica com o Plano Diretor Municipal, que tinha um prazo de execução de 10 anos para a sua revisão, e que neste momento deveria ser uma prioridade desta maioria. Opinou que esta junção das divisões cria uma

estrutura muito pesada e não vai corresponder aos princípios de eficiência e eficácia que se pretendem e trará por certo problemas no futuro.-----

Constata que devido à conjuntura económica que estamos a atravessar há um certo abrandamento, o que não quer dizer que amanhã não volte a haver mais investimento.-----

Também denota a demissão, por parte da Câmara, em fazer obra. Acredita que esta mudança é um erro grande e reflete a demissão da camara em investir no futuro.-----

A outra Divisão, agora criada não é importante dado que existia uma Unidade Orgânica de 3º grau que respondia às exigências colocadas e poderia ter um responsável direto se assim o entendessem.-----

O Sr. Vereador termina referindo que a sua avaliação é negativa em termos de funcionamento da autarquia. -----

O Sr. **Vereador João António Palma** disse concordar com o Vereador António Sebastião, acrescentando que de acordo com a experiência que teve nos últimos 4 anos como responsável pela DOTGU, pese embora o licenciamento de obras particulares tenha diminuído face à situação económica do país, se trate apenas de uma questão conjuntural e transitória que se vai ultrapassar.-----

Sendo redutor fazer uma análise do Trabalho da Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística, apenas na perspetiva do licenciamento particular, esquecendo o ordenamento do território, designadamente o PROTA aprovado recentemente, a acresce a necessidade de continuar a desenvolver a Revisão do Plano Diretor Municipal, que é competência desta divisão.-----

Referiu ainda aquele Vereador, que a crescer às funções atrás referidas é da competência desta Divisão o licenciamento industrial, bem como o licenciamento zero, que não trata apenas duma mera comunicação prévia, mas que introduziu responsabilidades acrescidas ao nível da fiscalização, que se não for devidamente exercida com técnicos e funcionários, devidamente preparados para esse efeito, acarreta o risco de não termos no concelho, estabelecimentos comerciais e industriais devidamente licenciados e a funcionar de acordo com os parâmetros legais, prestando um mau serviço aos munícipes.-----

Referiu também a importância dos Sistemas de Informação Geográfica, que fazem parte daquela divisão, que desempenham um papel fundamental no planeamento urbanístico e na gestão e ordenamento territorial do Concelho.-----

Salientou ainda que, extinguir esta Divisão é revelador de uma visão redutora, ligeira e limitada, do modo de funcionamento, das competências e das funções das Divisões Municipais existentes.-----

Quanto à criação da nova Divisão de Intervenção Social, Educação,

Cultura, Desporto e Juventude, referiu que a mesma nada vem acrescentar, porquanto todas as duas funções e competências estavam adstritas à Unidade Orgânica, existente na anterior Organização dos Serviços Municipais, a funcionar plena e eficazmente.-----

Mais referiu aquele Vereador, que opção feita pelo Executivo Camarário não o surpreendeu, uma vez que, vai na senda do Orçamento e Plano apresentados, que desvaloriza o investimento em equipamentos e infraestruturas, o empreendedorismo, o emprego e o desenvolvimento económico, privilegiando uma visão de consumo imediato de quem só olha para o seu umbigo, que em termos futuros terá efeitos trágicos para o Concelho de Almodôvar.-----

Pelo que disse, votar contra o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, com fundamento nos argumentos aduzidos.-----

O **Sr. Vice-Presidente** sublinhou o facto dos vereadores do IPA reconhecerem a diminuição do peso das obras neste período conjuntural que atravessamos.-----

Prosseguindo, remeteu para o artigo 9º do Regulamento o qual consagra o princípio da evolução e não rigidez estrutural, o que possibilita a revisão em caso de necessidade.-----

Disse não perceber a posição do IPA de assumir quase como um sacrilégio esta adaptação da estrutura de organização dos serviços municipais. Demorámos um ano para o fazer porque o quisemos fazer, por um lado, com a correta identificação das necessidades no sentido de otimizar o serviço à população e por outro lado para não descurar e desvalorizar os serviços existentes.-----

Congratula-se com a importância que este executivo confere à componente Social, Educação, Cultura, Juventude e Desporto. Realçou a criação das unidades orgânicas flexíveis, nomeadamente o Gabinete de Apoio às Freguesias, Gabinete de Apoio ao Município, Gabinete de Apoio à Juventude, Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e à repartição entre Gabinete de Educação e Gabinete de Cultura que no seu entender melhor responde aos anseios e expectativas da população.-----

Quando à questão acessória, levantada relativamente à revisão do PDM, como os senhores vereadores do IPA se recordam, em 2007 deveria ter sido iniciado o processo de revisão, o que até à data não aconteceu, o que mostra que a estrutura tão apregoada como funcional, não funcionou assim tão bem.-----

O **Sr. Presidente** concordou com as afirmações proferidas pelo Vereador Luís, sendo que, acrescenta, que não esperava comentários abonatórios face a uma hipótese de melhoria do funcionamento da estrutura, da parte dos Srs. Vereadores do IPA. Mostrou um mapa onde consta a redução do número de obras particulares e a redução da necessidade que existia anteriormente

neste serviço. Também não o surpreendeu os votos dos vereadores do IPA, sempre contra, nem a tentativa permanente de minimizar e desvalorizar qualquer ação que parta do executivo desta Câmara.-----

Acrescenta que esta estrutura de organização dos serviços pretende ser mais eficaz e eficiente e se for verificado falta de funcionalidade teremos a humildade necessária para estudar alternativas e propor nova alteração. -----

Analisado o assunto, **a Câmara, por maioria**, com os votos contra dos Senhores Vereadores João António Palma e António Sebastião, **deliberou:** -----

1.º - Aprovar a alteração ao modelo de estrutura interna hierarquizada, bem como a **nova redação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respetivo Organograma**, cujo teor para todos os efeitos legais aqui de dá por reproduzido, cujo original, fica arquivado na pasta anexa, ao presente livro de atas. -----

2.º - Submeter os documentos em apreço à apreciação e deliberação da **próxima sessão da Assembleia Municipal**, para efeitos de aprovação; -----

3.º - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **a presente deliberação em minuta.** -----

ENCERRAMENTO: -----

Nada mais havendo a tratar, pelo Sr. Presidente foi declarada encerrada a ordem de trabalhos eram **dezanove horas e trinta minutos.**-----

Para constar, e em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se lavrou a presente ata da reunião, que depois de aprovada, vai ser assinada, distribuída fotocópias pelos serviços municipais e inserida na página eletrónica do Município. ----

E eu, **Carla Maria Moiteiro Lima**, Assistente Técnica a redigi e subscrevo. -----